

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A Banalização da Crise Ambiental no Antropoceno

Curso: Geografia
Disciplina: Trabalho de Graduação Individual II
Docente: Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves
Discente: Janaina Fiorentino
n. Usp 5968426

São Paulo
2021

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia**

A Banalização da Crise Ambiental no Antropoceno

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado para o departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de bacharel e licenciada em Geografia

Orientação: Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F518b Fiorentino, Janaina Correa
 A Banalização da Crise Ambiental no Antropoceno /
 Janaina Correa Fiorentino; orientadora Gloria da
 Anunciação Alves - São Paulo, 2021.
 34 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Crise. 2. Clima. 3. Geografia. 4. Filosofia da
Educação. 5. Tempo Geológico. I. Alves, Gloria da
Anunciação , orient. II. Título.

“O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda crise é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma vara mágica, o lugar em que ocorreu esse desmoronamento [...]”
Hannah Arendt (2011)

“É uma cidade igual a um sonho: tudo que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor do seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa[...].”
Italo Calvino (1990)

Dedicatória

Às mulheres que passaram e por aquelas que ficaram na minha vida. Todas elas me ensinaram com generosidade, competência e humanidade. Às mestres incríveis e inesquecíveis em todo percurso escolar-acadêmico, colegas e alunas. As minhas avós, tias, amigas, a minha mãe e filha. Todas cabem em mim, de algum modo. Eu as levo com carinho. Dedico esse trabalho. Dedico um pouco de mim para elas.

Agradecimentos

Sinto o dever de agradecer às pessoas que estiveram comigo nessa caminhada da graduação em Geografia. Agradeço à Universidade de São Paulo pela oportunidade de expandir meus conhecimentos e de me preparar para estar em um mundo complexo.

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pelo oferecimento de novas perspectivas e formação robusta. Aos funcionários pela atenção e aos mestres pela dedicação.

Agradeço com muito carinho, à Professora Dra. Maria Eliza Miranda (in memoriam), pela atenção e por tantas provocações intelectuais.

Agradeço ao Círculo de Pesquisa e estudos do laboratório de Educação-LEMADI.

Ao Prof. Dr. José Sergio de Carvalho-FEUSP junto com os integrantes do Grupo de Estudos em Filosofia da Educação (GEFE), por me oferecerem um mundo emocionante e possível.

Aos professores de outras unidades, sobretudo Instituto de Relações Internacionais e Ciências Sociais que foram tão solícitos e dedicados.

Agradeço imensamente à Professora Dra. Glória, sempre acolhedora, dedicada e competente na orientação desse trabalho.

Por fim, agradeço especialmente ao meu parceiro de vida e minha filhinha, pela paciência infinita e confiança nas minhas escolhas improváveis, contudo escolhas necessárias para me manter viva.

Resumo

FIorentino, J. C. A Banalização da Crise Ambiental no Antropoceno. 2021. 1. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

Esse trabalho é uma reflexão teórica sobre a banalização da crise ambiental no Antropoceno. A crise ambiental no cenário mundial, regional e local é uma constatação assumida a partir de evidências científicas, bem como, a partir de fatos cotidianos percebidos aos olhos nus, no acúmulo e sobreposição do tempo que culmina no Antropoceno. O objetivo geral desse trabalho é refletir e investigar as influências para a banalização da crise ambiental. Os objetivos específicos são: i. conceituar Antropoceno; banalização e crise ambiental; ii. analisar o contexto internacional e nacional da B banalização da crise ambiental; iii. refletir sobre o papel da Geografia (ensino e pesquisa) em face à banalização da crise ambiental. Parte da discussão nos levou à identificação da ambiguidade e disputa de narrativas polarizadas, construídas dentro do paradigma mecanicista positivista, onde a hegemonia do pensamento e discurso econômico convencional se sobrepôs à conservação do mundo comum, à conservação da vida humana e não humana.

Palavras-chaves

Banalização, crise ambiental, antropoceno, mundo comum.

Abstract

FIorentino, J. C. **The Banalization of Environmental Crisis in the Anthropocene.** 2021. 1. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

This work is a theoretical reflection on the trivialization of the environmental crisis in the Anthropocene. The environmental crisis in the world, regional and local scene is given by scientific evidences, as well as from everyday facts perceived by the naked eye, in the accumulation and overlapping of the time that culminates in the Anthropocene. The general goal of this work is to reflect and investigate the influences for the trivialization of the environmental crisis. The specific goals are: i. conceptualize Anthropocene; banalization and environmental crisis; ii. analyze the international and national context of the banalization of the environmental crisis; iii. reflect on the role of geography (teaching and research) in the face of the banalization of the environmental crisis. Part of the discussion led us to identify the ambiguity and dispute of polarized narratives, built within the positivist mechanistic paradigm, where the hegemony of conventional economic thought and discourse overlapped the conservation of the common world, the conservation of human and non-human life.

Key- words

Banalization, environmental crisis, anthropocene, common world.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO 1. A CRISE, O ANTROPOCENO E A BANALIZAÇÃO	07
CAPÍTULO 2. CONTEXTO GERAL DA CRISE AMBIENTAL	14
CAPÍTULO 3. A GEOGRAFIA EM FACE DA BANALIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

APRESENTAÇÃO

A realização do Trabalho de Graduação Individual é um requisito para a formação no curso de bacharel em Geografia da Universidade de São Paulo. Neste trabalho, analisei e investiguei a banalização da crise ambiental no Antropoceno. O texto foi pensado em modelo de ensaio, fluído e orgânico, lançando mão de referências na medida que foi necessário. O recorte do tempo – o Antropoceno - foi importante para localizar na geo-história as seguintes questões: i. quais são as influências na banalização da crise ambiental? ii. Como foi o processo de composição da banalização da crise ambiental?

Ao longo da graduação em geografia me deparei com ambiente fecundo de encontros com mentes incríveis e bibliografias ricas, pensadores que me acompanharam ao longo dos anos, e amadureceram comigo, no meu próprio processo criativo e pensamento científico. O ponto de partida desse trabalho, foi impulsionado pelas minhas inquietações diante do mundo, biodegradável e sintético. Bem como diante da minha vivência de mãe e mulher, profissional e cidadã. Aqui mais um ciclo termina, me permito apreciar a travessia.

A estrutura do texto foi dividida em introdução, 3 capítulos, e considerações finais. Na introdução, apresentei a hipótese, justifiquei a questão, e fiz os devidos recortes no problema.

No primeiro capítulo foram conceituadas a banalização, a crise ambiental, bem como o Antropoceno. O objetivo foi construir uma narrativa de localização da hipótese, dos pressupostos que se dão a questão problema.

No segundo capítulo foi contextualizado a crise ambiental no âmbito nacional e

internacional, destacando o mosaico de informações mais fortes no meu entendimento, ações e construções de narrativas ao longo do tempo.

No terceiro capítulo, coloquei a geografia – ensino e pesquisa- em face da banalização da crise ambiental. O intuito foi estabelecer um diálogo direto e construtivo entre a crise ambiental, e o papel da geografia, sem tensionar as relações.

Nas considerações finais reuni as principais percepções para fechar o trabalho, sem a intenção de esgotar o assunto, e sim dar contorno e trazer à luz com alguma contribuição mesmo que pequena.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental no cenário mundial, regional e local é uma constatação assumida a partir de evidências científicas, bem como, a partir de fatos cotidianos percebidos aos olhos nus, no acúmulo e sobreposição do tempo que culmina no Antropoceno. Tal como, a ocorrência com maior frequência de eventos climáticos extremos em diferentes locais do globo. No Brasil, por exemplo, a base de dados e informações de satélites do INPE ¹, o PRODES² traz séries históricas, as quais sinalizam desmatamento crescente na Floresta Amazônica e queimadas no Pantanal. Os impactos das queimadas nessas regiões são inúmeros, passando pela perda da biodiversidade, alterando o regime das águas em diferentes escalas, colocando em risco as vidas dos humanos e não humanos, e a subsistência dos povos ribeirinhos e indígenas.

Na cidade de São Paulo, posso citar a crise crônica e fedida dos rios urbanos, historicamente sendo apagados, sufocados, destituídos de sua configuração de natureza sinuosa e viva. O altíssimo grau de poluição dos rios e o descaso atravessa décadas a fio, produzidos e reproduzidos na lógica da cidade moderna ocidental. A bem da verdade, a condição dos rios na metrópole São Paulo é um fato emblemático da banalização da crise ambiental. Assim como, os efeitos negativos dos agrotóxicos na saúde humana e teia ecossistêmica.

¹ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

² O projeto **PRODES** realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. Projeto PRODES é fazer um levantamento da interferência humana sobre a floresta Amazônica, dentro dos limites da Amazônia Legal Brasileira.

No âmbito da política internacional, a ‘Soberania Nacional’³ e o ‘Realismo Político’⁴ explicam os mecanismos criados na Ordem Ambiental Internacional⁵. Para Ribeiro (2001) será difícil pensar em mudanças radicais nos modos de vida que são responsáveis pela degradação do planeta, enquanto predominarem decisões que favoreçam interesses nacionais específicos (SCIFONI, 2002 e RIBEIRO, 2001). Lembrando que os ecossistemas não possuem fronteiras, nossas ações repercutem em algum nível nas interfaces.

Ao olhar com atenção para as décadas seguintes do término da Segunda Guerra Mundial, identificamos divergências entre os tomadores de decisões, com resoluções insuficientes aos problemas ambientais na escala mundial, comunicando um cenário preocupante em termos de futuro da humanidade. No caso, das ‘emergências climáticas’, tema principal de encontros e de Conferências da ONU, os resultados recentes mostram comprometimentos pontuais voluntários e parciais de nações com o Acordo de Paris, vigente desde 2015. O abandono dos Estados Unidos das metas de Paris⁶, anunciado por Donald Trump em 2017 e os recordes crescentes de desmatamento na Amazônia são exemplos recentes de expectativas frustradas.

Ao refletir sobre a crise ambiental, segundo a análise crítica de Morin (2015), sob a perspectiva da lógica da exploração da natureza e do crescimento econômico sem limites, apoiada no paradigma simplificador, positivista e mecanicista, o senso comum cartesiano prevê que a tecnologia e a eficiência limitada aos modos de produção darão conta de reverter os excessos cometidos pela civilização humana. Segundo Latour (2014),

³ Soberania Nacional – para Morgenthau, é a autoridade suprema de uma nação [...] que independe da autoridade de qualquer outra nação e igualmente de leis internacionais (Morgenthau, 1973; Ribeiro, 2001)

⁴ Realismo Político – baseado nas ideias de Maquiavel e Morgenthau, desejo inato do ser humano atingir o poder, de governar. Sendo assim, os Estados buscariam seus interesses em termos de poder, fazendo valer seus interesses particulares (Ribeiro, 2001)

⁵ Ordem Ambiental Internacional – aquela que é elaborada para restringir a ação humana no ambiente, seja ele natural ou não, em nível mundial (Ribeiro, 2001)

⁶ Em tempo, as últimas notícias indicam que o Presidente eleito dos EUA solicitou o retorno ao Acordo de Paris.

na modernidade, os seres humanos veem a natureza como objeto posto para ser dominado e explorado.

Ao mesmo tempo, nesse processo contraditório de produção e reprodução do espaço, a natureza é recriada como uma nova necessidade social, assim a necessidade de sua proteção aparece como sua nova condição no sentido de patrimônio natural.

A proteção do patrimônio natural aparece como expressão da luta em favor dos referenciais de memória coletiva, uma natureza que faz parte da história da cidade, uma natureza apropriada coletivamente, ainda que de forma simbólica, por meio da fruição visual (SCIFONI, 2006, p. 272).

Entretanto, diante das evidências, globais e locais, a destruição da natureza é ativa e persistente, cujo efeito direto e indireto ao longo prazo se dá no risco de morte das vidas humanas e não humanas. Nesse sentido, temos as reações da sociedade, em processo de retroalimentação com o sistema político, socioeconômico e cultural. Sendo que, a banalização da crise ambiental aparece sintomaticamente no mundo comum; na postura de distanciamento da crise apatia, auto-abstenção e negação de (co)responsabilidades diante dos fatos. Consequência provável de um conjunto de fatores historicamente interconectados.

Dito isso, as questões descritas a seguir surgem e regem esse trabalho: i. quais são as influências na banalização da crise ambiental? ii. Como foi o processo de composição da banalização da crise ambiental?

Ainda que, não se alcance um fator único de influência na análise de banalização da crise ambiental, vou elencar aqueles fatores mais presentes e mais relevantes. Tais como: i. reprodução histórica do paradigma simplificador/mecanicista permeando toda lógica do discurso e produção do espaço; ii. distância dos patrimônios culturais e naturais do espaço vivido da população; iii. construção estratégica das cidades para favorecer o

fluxo de mercadorias e distância da natureza; iv. contraposição e sobreposição da vida urbana com a vida no campo; v. a distância da sociedade da vida pública, das decisões políticas e científicas; vi. seres humanos sendo criados e educados de modo fragmentado, e longe de vínculo com a natureza; vii. falta de regulação no âmbito do direito internacional; viii. entrada na época do Antropoceno, momento de transição e instabilidade climática; ix. quarta revolução industrial, e novo espaço de ocupação no mundo comum digital.

Aqui, no entanto, não se pretende discutir todos os fatores elencados. A análise e a discussão vão ocorrer de modo orgânico ao longo dos capítulos, ao passo que se aprofunda e se expande a reflexão do texto.

O objetivo geral desse trabalho é refletir e investigar as influências para a banalização da Crise Ambiental. Os objetivos específicos são:

1. Conceituar Antropoceno, banalização e crise ambiental;
2. Analisar o contexto internacional e nacional da banalização da crise ambiental;
3. Refletir sobre o papel da Geografia (ensino e pesquisa) em face à banalização da crise ambiental.

CAPÍTULO 1. A CRISE, O ANTROPOCENO E A BANALIZAÇÃO

Em termos temporais, a crise ambiental se correlaciona com a possibilidade do Antropoceno. Os autores Crutzen, P. J. (2002) e Richard Monastersky ⁷ (2015), discutem acerca da geo-história, sobre o fim do Holoceno⁸ e o início do Antropoceno -uma nova época geológica. Latour (2020) comenta “enquanto esteve no Holoceno a Terra permaneceu estável e em segundo plano, indiferente às nossas histórias.” Ele ainda destacou trechos do relatório confeccionado pelos geo-cientistas em Congresso na Suíça, como a seguir:

Grosso modo, para ser aceito como termo técnico, o “Antropoceno” deve ser: a) cientificamente justificado (ou seja, o “sinal geológico” hoje produzido pelos estratos em formação deve ser suficientemente amplo, claro e distinto); b) útil para a comunidade científica como termo técnico. No que diz respeito ao item b) o termo informal Antropoceno já provou ser muito útil para a comunidade de pesquisa em mudanças climáticas e portanto, continuará sendo usado, mas resta saber se a tecnicização na Escala de Tempo Geológico pode torná-lo mais útil ou estender sua utilidade em outras comunidades científicas. (LATOUR, 2020, pag. 184)

Nesse trabalho, o termo Antropoceno foi usado, em virtude do contexto geo-histórico no qual vivemos; a instabilidade climática e todos os efeitos associados a esse fenômeno como traço forte da crise ambiental. A discussão da data exata de início dessa Era é inoportuna, visto que os geo-cientistas ainda trabalham nas pesquisas, a fim de comprová-la. Aqui, basta saber que estamos vivendo um novo tempo da Terra, mais ou menos da segunda metade do século XX em diante. O fim do Holoceno tem sido absorvido pela comunidade científica. E o Antropoceno vem com a carga de um novo

⁷ Disponível em site revista Nature

<https://www.nature.com/news/polopoly_fs/1.170851/menu/main/topColumns/topLeftColumn/pdf/519144a.pdf> acessado em: 24 fev 2021.

⁸ O Holoceno foi o período de estabilidade ambiental experimentado desde a última glaciação – terminada há aproximadamente 11 mil anos – até o terceiro quarto do século XX, durante o qual a humanidade desenvolveu-se. (Viola e Basso, 2016)

estado de mutação da Terra. Viola e Basso (2016), escreveram sobre a relação do Antropoceno e o sistema internacional, no excerto a seguir, eles pontuam as características do Antropoceno:

Na transição, do século XX e início do século XXI, a transformação da sociedade industrial para a sociedade de informação/ conhecimento, com aumento exponencial da população global e do consumo *per capita* de recursos naturais, fez com que a humanidade passasse a ser a principal força de transformação no planeta. Essa é a principal característica da atual época geológica, o Antropoceno. (VIOLA e BASSO, 2016 pag.2)

Matos, S. e Santos, A. (2017) ao investigar a questão ambiental no Antropoceno, esclarecem que o problema da crise ambiental deriva da repartição entre humanos e não humanos, concedendo apenas à ciência o direito de falar em nome do mundo objetivo, enquanto a política foi reservada o direito de organizar a coletividade, sem que os não humanos jamais fossem incluídos até aqui no trabalho do coletivo.

O termo crise pressupõe período de transição, momento no qual o conhecimento e a ação não dão conta de responder as novas questões colocadas, ou ainda, as perguntas feitas não promovem conhecimento e ações. Demanda depurações, transposições, superações e ambições. Hannah Arendt não tratou em suas análises sobre a crise ambiental, tampouco sobre a questão entre a política e a natureza, especificamente, assim como fez o filósofo Bruno Latour. Entretanto, ao ler os estudos de Arendt, me sinto inspirada para pensar sobre a crise ambiental. Para Arendt a crise significa:

[...]o desaparecimento de preconceitos significa simplesmente que perdemos as respostas em que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas constituíam respostas às questões. Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a

crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão” (ARENDT, 2011. p.223)

Já para Bruno Latour (2020), a crise ambiental é definitiva, “Isso, não vai passar. Será preciso lidar com isso.” De modo incisivo, o filósofo defende a tese que não estamos em momento transitório, precisamos aceitar que a terra já revolucionou, teremos que adaptar os meios de produção. Ele continua a confrontar e sugere que poderíamos ter usado o princípio da precaução, bem como escreve a seguir:

O demasiado célebre princípio da precaução á aplicado à larga desde que trate de proteger nosso entorno e nossos bens, mesmo quando não se tem nenhuma certeza sobre o diagnóstico e até quando especialistas continuam hesitar sobre o alcance do perigo. Ora, para esta crise mundial, ninguém invoca o dito princípio da precaução para se lançar corajosamente à ação. Desta vez, a humanidade muito velha, cautelosa e vacilante que, como de costume, avança apenas tateando. [...] os alarmes tocaram as pessoas se desconectaram, um após o outro. (LATOUR, 2020, pag. 27)

A pergunta recorrente que nos leva a refletir sobre a banalização ou indiferença da crise seria: perdemos a capacidade de nos mobilizar perante aos desastres socioambientais? Como e por que, os principais líderes postergam decisões e/ ou negam a crise?

À luz de Arendt e Latour, observamos que os valores como “bem comum”, o “cuidado com a natureza” e o “respeito às tradições” foram sendo esquecidos à medida que os interesses econômicos, de consumo e de poder tomaram a direção das ações humanas. É importante mencionar que o mundo comum, conforme Matos e Santos (2017), “é o lócus político por excelência, no qual humanos e não humanos dão sentido à existência e a sobrevivência de todos”.

A banalização⁹ associada à crise ambiental estaria localizada no não enfrentamento, na relação trivial, alienada, superficial e indiferente que a sociedade de massa encara a questão da crise ambiental. A banalização pode ser observada quando ocorrem sistematicamente danos à natureza, inclusive danos à vida humana, na lógica da reprodução sistemática de negligências e omissões (em níveis individuais ou coletivos, institucionais de origem públicas e privadas), cujos efeitos não são suficientes para mobilizar e distanciar os humanos da apatia, e/ou alterar estilos de vida, e/ou estratégias de condução na resolução de problemas, a ponto de reverter ou minimizar os impactos. Nesse sentido Latour corrobora com a percepção diante dos fatos que:

A consciência dos desastres ecológicos é antiga, viva, fundamentada, documentada, provada, mesmo desde o início da chamada era industrial ou civilização da máquina. Não podemos dizer que não sabíamos. Contudo, existem muitas maneiras de saber e de ignorar ao mesmo tempo. (LATOURE, 2020, pag. 26)

A despeito do empenho da comunidade científica em promover debates e oferecer evidências acerca dos danos ambientais e agravamentos, por meio de pesquisas, divulgações, mapas, modelos e projeções em diversas frentes das ciências, a indiferença, ou alienação aos fatos se mantêm. Por exemplo: no atlas “Geografia de uso dos Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, Bombardi *et. al* (2019) apresentou uma sequência de mapas, pelos quais ela mostra as distribuições das substâncias tóxicas usadas na monocultura convencional brasileira, dimensionando os impactos ambientais qualitativos e quantitativos no espaço. Uma obra-prima para direcionar políticas públicas se houvesse a apropriação das responsabilidades sobre a crise ambiental e por conseguinte a intenção de solucionar as questões.

⁹ De acordo com o dicionário on line Aulete Lexiton, é a ação ou resultado de banalizar (-se), de tornar(-se) vulgar ou trivial. Disponível em < <https://www.aulete.com.br/banaliza>> acessado em 06 fev 2021.

Existe um hiato entre o discurso científico e a *práxis* das diversas parcelas da sociedade. A estratégia adotada pelas autoridades tem sido uma política baseada no paradigma reducionista de indicadores quantitativos de crescimento (por exemplo: produto interno bruto - PIB). De modo que essa agenda estritamente econômica se sobrepõe às outras agendas, inclusive a agenda ambiental. Ou seja, no cotidiano, ainda não se notou alterações significativas no uso e manuseio de agrotóxicos na agricultura. Pelo contrário, houve a aprovação recente e crescente de novos agrotóxicos- em 2019 o governo federal liberou 475 novos agrotóxicos e, em plena pandemia de 2020, autorizou mais 395. Tal prática sinaliza uma tendência de manutenção do *status quo* ou uso mais extenso e intenso dos agrotóxicos¹⁰.

Para complementar o entendimento sobre a banalização, considera-se outro exemplo relevante; os desastres de alto impacto ambiental e social em Mariana-MG em novembro de 2015, onde ocorreu o rompimento da barragem de resíduos de minérios¹¹¹², sob responsabilidade das mineradoras Samarco/Companhia Vale do Rio Doce/BHP Billiton. O rio Doce sofreu impacto no seu ecossistema, ao receber carga de resíduos muito superior que sua capacidade de suporte. A região e a comunidade foram atingidas brutalmente e as atividades a partir do rio foram comprometidas, segundo Leonardo, *et al* (2017). Além de acabar com a vida do rio e de acabar com a possibilidade de subsistência das pessoas, o entorno foi todo comprometido com a destruição das casas.

¹⁰ Disponível em < <https://diplomatie.org.br/o-agro-e-toxico/> > acessado em: 05 fev ,2021.

¹¹ Disponível em <<https://diplomatie.org.br/mapa-conflitos-mineracao-extrativista-vale-brasil/>> acessado em 05 fev, 2021

¹² Disponível em < <https://diplomatie.org.br/a-ligacao-destruidora-do-rio-doce-com-o-oceano-apos-o-desastre-de-mariana/> > acessado em 05 fev, 2021.

Ainda depois de 5 anos completos da data do desastre, não foram sequer recuperadas as moradias¹³. Ora se houvesse de fato uma internalização das evidências científicas e assim uma mudança de comportamento de consumo e uso das coisas, subsidiado, endossado, estimulado ou por livre iniciativa, teríamos fatos e consequências diferentes,

Em virtude desses últimos exemplos e outros supracitados, considera-se a banalização da crise ambiental um conceito relevante. Não é intuito desse trabalho colar o significado do termo banalização ao significado que Hannah Arendt usou em seus escritos de análise política¹⁴. Embora fosse possível realizar aproximações quando o recorte é dado no âmbito das lideranças políticas, nesse caso, talvez o termo *banalidade* ganhasse até a companhia da locução adjetiva “do mal”.

A banalização da crise ambiental apresenta causa multifatorial. São influências múltiplas, como pudemos ver no rol elencado na introdução. A reprodução histórica do paradigma simplificador, reducionista, mecanicista, de conhecimentos desconectados e sem potência de ação, são influências importantes na banalização da crise. Para Edgard Morin as respostas novas aconteceriam a partir da superação da lógica mecanicista instaurada, e adoção de um paradigma de pensamento complexo:

O paradigma da complexidade se opõe ao paradigma simplificador (linear)- disjunção e redução [...]. Se o pensamento simplificador baseia-se no predomínio de dois tipos de operações lógicas, disjunção e redução, que são ambas brutais e mutiladoras, então o princípio do pensamento complexo serão necessariamente princípios de disjunção, de conjunção e de implicação [...] (MORIN, 2015, p.77)

¹³ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2021/03/mariana-mg-a-lama-as-vitimas-e-seus-algozes.shtml> > acessado em: 05 fev, 2021

Disponível em < <https://diplomatique.org.br/para-pensar-com-hannah-arendt/> > Acessado em: 10 fev, 2021.

O pensamento complexo é capaz de contemplar os sistemas abertos, a ordem e a desordem, o acaso, o incerto. Bem como, considera as estratégias de ação, movimentos e contradições, com capacidade de internalizar as incertezas e mudar a rota.

A visão simplificada diria: a parte está no todo. A visão complexa diz não só a parte está no todo; o todo está no interior da parte que está no interior do todo! [...] Por exemplo, a política do "só petróleo" levava em conta unicamente o fator preço sem considerar o esgotamento das fontes, a tendência à independência dos países detentores dessa fonte, os inconvenientes políticos[...] (MORIN, 2015, p.88)

Ademais, a banalização ou indiferença, pode ocorrer tanto no âmbito das instituições quanto no âmbito individual privado. É relevante registrar que as pautas institucionais democráticas são alimentadas de demandas coletivas e/ou individuais reivindicadas. Podemos entender que se há indiferença à crise ambiental na esfera individual essa pauta pode estar enfraquecida e, portanto, não entrar com relevância nas pautas governamentais, tampouco nas políticas das instituições privadas.

CAPÍTULO 2. CONTEXTO GERAL DA CRISE AMBIENTAL

No cenário pós segunda guerra mundial, uma nova configuração polarizada de mundo e poder, incluía as disputas científicas e tecnológicas entre os blocos liderados por URSS e os EUA. Em paralelo, em certa medida, apareciam os movimentos sociais, cujas pautas passavam pelo feminismo, racismo, homossexualidade, até a ecologia. Foi um momento marcado pela liberação cultural e artística. Assim como foi marcado pelo avanço acelerado na concentração de humanos e pela pressão nos limites planetários. De acordo com Stefen *et al* (2011) *apud* Viola e Basso (2016):

Entre 1945 e 2000, a população mundial passou de 3 bi para 6 bilhões de pessoas, o consumo de petróleo aumentou em quase quatro vezes, a atividade econômica aumentou em quinze vezes, e a urbanização e os padrões de consumo de massa disseminaram-se. (VIOLA e BASSO, 2016, pag. 2)

Um mundo em ebulição em plena Guerra Fria, por sua vez, mostrava sinais, de alguma preocupação com os impactos da exploração humana sobre a natureza. Por exemplo, através das primeiras discussões e reuniões internacionais sobre a questão da soberania envolvendo a temática ambiental na Antártida, ocorridas em uma série de encontros, que deflagrou no Tratado Antártico em 1959, conforme relata Ribeiro (2001).

Outro marco, nesse contexto internacional, foi a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo- Suécia, em 1972. Na sequência, a produção do relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”, em 1987, no qual houve o lançamento do paradigma denominado “desenvolvimento

sustentável”. Nessa linha do tempo, sob a égide da ONU-PNUMA, houve a eco-92¹⁵, também conhecida como Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro- Brasil.

Desde 1995, as COPs -Conferência das Partes¹⁶ - são realizadas periodicamente em formato de encontros de delegações compostas por cientistas, chefes de Estados, embaixadores e representantes de importantes organizações civis. A partir das conferências, os acordos e os pactos são elaborados com o intuito de firmar compromissos globais, sobretudo para tentar conter o aquecimento global, por exemplo, o Protocolo de Quioto (1997-2020).

O texto produzido na COP-21, chamado de Acordo de Paris (2015), foi o primeiro acordo a considerar universais as responsabilidades para deter o aquecimento global e foi aprovado por representantes de dezenas de países, em um momento marcado por ambições inéditas para a ação climática até então, e pela busca por cooperação diante dos desafios da crise ecológica. A expectativa de que a aprovação do acordo levaria à priorização imediata da agenda do clima nos governos se frustrou com os anos, seja por decisão política, seja por limitações econômicas dos países que haviam aderido ao tratado¹⁷. Segue abaixo um trecho de destaque do documento, com a proposição geral do acordo:

Enfatizando com grande preocupação a necessidade urgente de resolver a lacuna significativa entre o efeito agregado dos compromissos de mitigação das Partes em termos de emissões anuais globais de gases de efeito estufa até 2020 e as trajetórias das emissões agregadas consistentes com manter o aumento da temperatura média global a menos de 2° acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da

¹⁵ Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento): na perspectiva brasileira, foi o maior evento internacional jamais sediado no país. Da Rio-92 participaram 187 estados; 16 agências especializadas (como OIT, GATT, Banco Mundial, FMI); 35 organizações intergovernamentais (como OEA, BID, OECD, SELA) e um expressivo número de organizações não-governamentais. Durante a Conferência do Rio foram finalizados os principais documentos por ela aprovados: a Agenda 21 e a Declaração de Princípios sobre Florestas.

¹⁶ COPs -Conferência das Partes - Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

¹⁷ Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/11/5-anos-do-Acordo-de-Paris-o-que-esperar-daqui-para-frente>> acessado em:12 dez, 2020.

temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. (Acordo de Paris.ano, pag.2.)¹⁸

Sobre o enredo de cooperação e comprometimentos dos países com o Acordo de Paris, dentro da lógica conservadora hegemônica, para Viola e Basso (2017), há muitas incertezas, pois não há garantias de implementação do Acordo- a revisão das metas, a ser feita a cada 5 anos, não obriga os países a aprofundarem seus compromissos. De modo mais específico sobre o documento do Acordo de Paris os autores comentam:

Em nível diplomático, o acordo foi um sucesso, pois une em consenso interesses nacionais e setoriais diferentes e muitas vezes antagônicos. Também foi bem-sucedido em estabelecer o nível máximo de aumento da temperatura global em 1,5 grau centígrado, e não 2 graus centígrados. No entanto, o conteúdo do compromisso armado é insuficiente para promover profunda descarbonização global: países apresentaram metas meramente voluntárias, e não obrigatórias, de redução de emissões, que, se totalmente implementadas, conduziram o aumento da temperatura global a 2,7 graus centígrados no longo prazo; o sistema de monitoramento da implementação das metas é fraco, portanto não há garantia de implementação. (VIOLA e BASSO, 2016, pag. 14)

Levando em conta os resultados da Rio+20 – Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – realizada em 2012, Rio de Janeiro- Brasil, tivemos a criação em 2015 da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS- ONU¹⁹²⁰). A coordenação da implementação da Agenda 2030 no Brasil ocorrerá no âmbito da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto no 8.892, de 27 de outubro de 2016. Por meio dessa Comissão, representantes do governo, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outros atores interessados deverão trabalhar juntos e fomentar novas parcerias para a implementação dos ODS no Brasil. A intenção de sua criação foi produzir um conjunto de objetivos que conduzissem os governos, empresas e

¹⁸ Disponível em < <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf> > acessado em: 03 fev, 2021.

¹⁹ Disponível em < http://www.agenda2030.com.br/os_ods/ > acessado em: 03 fev, 2021.

²⁰ Disponível em < <https://dashboards.sdindex.org/map> > acessado em 03 fev, 2021.

sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Eles servem como uma orientação para os países superarem os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes.

Na perspectiva do Brasil, no período posterior à Segunda Guerra Mundial em termos políticos-econômicos, o discurso conservador-desenvolvimentista foi hegemônico, com incentivos e estratégias na colonização do interior e norte do país, a fim de ampliar o setor produtivo e gerar riquezas, à qualquer custo. Sendo assim, aconteceu um movimento migratório importante de uma parcela da população saída da costa do nordeste e do sul do país em direção às fronteiras com as florestas.

Ao longo do governo militar (1964- 1985), intensificou-se o projeto geopolítico de integração territorial. Destacou-se o favorecimento da malha rodoviária do país, e por sua vez a construção da rodovia Transamazônica a partir de 1970 (Neto, T., 2015). Assim como, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), subordinado ao Ministério da Agricultura, o qual durante toda a década teve atuação voltada para a implantação de projetos de colonização na Região Norte do Brasil²¹.

Algumas narrativas contraditórias foram construídas, aquelas que exaltavam a beleza das paisagens distantes, sem vínculo com os ciclos naturais, e aquelas que sustentavam a exploração dos recursos naturais, colocando-os à serviço do “povo brasileiro”. De modo que, o interesse no crescimento econômico não levou em consideração a capacidade de suporte dos “recursos”, tampouco absorvia as diversas técnicas de manejo implementadas pelas instituições técnicas especializadas.

Andrade (2004) analisou o discurso dos roteiros de dois filmes e do programa de

²¹ Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria-incra> > acessado em: 06 mar, 2021.

televisão ancorado pelo deputado federal Amaral Netto, cuja audiência teve alcance nacional e popular na década de 70 Ali foi identificado o antagonismo entre a natureza e o urbano, destaquei dois trechos para ilustrar:

[...] Um aspecto especial sobressai de seus filmes: neles é travada uma guerra sem tréguas entre civilização e espaço natural, um enfrentamento forjado técnica e narrativamente mediante diversos recursos estilísticos. O olhar sobre a natureza adquire aspectos tanto documentais como ficcionais, em uma mistura de poesia e distanciamento seguro. Sujeito e objeto aparecem reiterada e explicitamente cindidos, impossibilitando intersecções entre a mentalidade urbana e o ritmo peculiar dos espaços naturais abrangidos. A medição da velocidade das ondas e a busca frenética pelos pássaros marinhos são, nesse sentido, exemplos cabais. (ANDRADE, T., 2004, p.10.)

E, o autor sintetiza de forma lúcida o contexto da questão ambiental construído naquelas circunstâncias, onde a televisão e as artes visuais cumpriam papel importante na disseminação das informações, da seguinte forma:

Amaral Netto traduz, exemplarmente, o comportamento ambíguo de nossas elites nacionalistas frente às condições ambientais do território brasileiro. Ao lado de manifestações retóricas de estupefação e regozijo frente à quantidade e qualidade de recursos naturais, mescla-se uma repulsa de insensatez e perigo que essa diversidade ambiental oculta. Simultaneamente fascinante e grotesco, desproporcional, o nosso espaço natural é depositário da rejeição civilizatória que os setores hegemônicos historicamente impuseram sobre o nosso território, uma possível metáfora para apontar a persistência de setores incultos e hostis ao processo de desenvolvimento e a presença latente do dilúvio enquanto castigo expiatório e capacidade de reposição do caos inicial. E assim como nosso espaço público se encontrava esvaziado, interditado por meio de medidas políticas verticais e autoritárias, o ambiente também se definia pela falta, pela ausência de racionalidade e ordenação. Em suma, um espetáculo grotesco e agressivo. (ANDRADE, T, 2004, p.11)

Outras vozes, enfrentaram e lutaram por espaço, foi o caso de Chico Mendes na Floresta Amazônica, no Estado do Acre. Em parceria com representantes indígenas e ribeirinhos, eles encabeçaram um movimento organizado para proteção da floresta, manejo e proteção aos trabalhadores nos seringais. Esse movimento incomodou tanto os grupos de interesses antagônicos, que culminou na morte/ assassinato do líder dos

seringueiros Chico Mendes em 1988. No belíssimo livro “A queda do céu” de Davi Kopenawa e Bruce Albert, destaca-se a seguinte passagem:

Chico Mendes era branco, mas cresceu, como nós no meio da floresta. Ele se recusava a derrubar e queimar todas as árvores. Para viver, apenas tirava um pouco de sua seiva. Tinha se tornado amigo da floresta e amava sua beleza. Queria que ela ficasse tal como havia sido criada. Sonhava com ela sem parar e se afligia ao vê-la sendo devorada pelos grandes fazendeiros. Com certeza foi assim que acabaram vindo a ele novas palavras para defendê-la (KOPENAWA e ALBERT,,2015,pag. 481).

Nesse contexto de disputa e construção de narrativas, alguns impactos ambientais antropogênicos pontuais e difusos – contaminações e intoxicações do ecossistema, destruição das florestas, extinção de animais e perdas de biodiversidade- oriundas das atividades industriais, adensamento populacional, garimpos e monoculturas, mobilizaram os atingidos e as instituições públicas. Diante do cenário foram criados marcos regulatórios, no plano estadual e federal. Foram criados, renovados e sancionados o Código Florestal lei n. 4.771/1965, a Política Nacional do Meio Ambiente - lei federal 6.936/1981²², na qual foi criada o CONAMA²³ (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), e posterior capítulo sobre Proteção Ambiental na Constituição Nacional de 1988

A partir da Constituição Federal de 1988²⁴ o meio ambiente passou a ser tido como um bem tutelado juridicamente; foi a primeira constituição a tratar deliberadamente da questão ambiental, trazendo mecanismos para sua proteção e controle. Dessa forma, o

²² Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm > acessado em 05 mar, 2021.

²³ Disponível em < <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27961-o-que-e-o-conama/> > acessado em 05 mar, 2021.

²⁴ Disponível em <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4873/O-meio-ambiente-na-Constituicao-Federal-de-1988>> acessado em 06 mar, 2021.

Direito Constitucional brasileiro criou uma categoria de bem: o bem ambiental, portanto, um bem de uso comum do povo, e, ainda, um bem essencial à sadia qualidade de vida.

Ainda que a questão ambiental esteja em pauta na esfera internacional e, em alguma medida, na esfera nacional como fonte de encontros e discussões, os resultados são incipientes em termos de força motriz para superar o paradigma atual. Bruno Latour (2004), ao falar sobre a modernidade, diz que essa época isolou os humanos da natureza, e a natureza dos humanos, os modernos veem a natureza como objeto posto para ser dominado e explorado (VIOLA e BASSO, 2016). Sendo que a consequência disso é a não conexão humana na natureza, por conseguinte a crise ambiental é deflagrada e agravada.

Nesse imbróglio de discursos criados para questão ambiental, as informações são contraditórias e confusas, fomentaram um sistema de construção da imagem de uma natureza selvagem e atrasada, não geradora de riquezas, detentora de conflitos e mistérios a serem dizimados, formado no imaginário da população. De modo, que foi causa e consequência de um mal-estar geral àqueles que moravam e/ou viviam das atividades do campo, próximos à natureza ‘sem valor’. Enquanto, àqueles residentes da cidade ganhavam exaltação e notoriedade, e buscavam meios e condições para viver ali. Uma vez que a cidade já era o lugar onde as decisões eram forjadas, onde estavam os centros de consumo e consumidores, as indústrias, as universidades e o “desenvolvimento”, a fonte de riquezas.

Nessa toada, com o pano de fundo a presença do paradigma do pensamento mecanicista, a banalização da crise ambiental sobretudo em território brasileiro no Antropoceno, foi desenhada na esteira no crescimento econômico a qualquer custo, por

meio de um pensamento hegemônico conservador dissociado da natureza, onde a agenda ambiental ainda não ganhou relevância suficiente para engajar os tomadores de decisão a fim de promover mudanças significativas no mundo.

CAPÍTULO 3. A GEOGRAFIA EM FACE DA BANALIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL

A fim de aprofundar a análise e a discussão, bem como estabelecer diálogos, coloca-se aqui a geografia (ensino e pesquisa) em frente à banalização da crise ambiental no Antropoceno. O intuito não é tensionar a relação. O objeto é trazer à baila a interlocução da geografia, nesse mundo de possibilidades.

Os estudos das ciências da Terra estimulam o debate e a entrada da pauta sobre a natureza e suas interrelações com a sociedade na esfera do mundo comum. A partir da geografia, com ela e através dela interpreta-se o mundo, os encontros e as paisagens, eleva-se e aprofunda-se os questionamentos sobre a confecção dos tecidos sociais, produção e reprodução do espaço, compreende alcançar melhor entendimento das interligações e interdependências entre os processos físicos e humanos. Paul Claval (2014), nos diz sobre a geografia e sobre o papel do geógrafo:

A Terra mantém com as sociedades humanas relações essenciais. Estas tomam formas diferentes consoante as culturas e traduzem-se em paisagens e modos de vida que os geógrafos se esforçam por decifrar. Claval, P. [...] O olhar do geógrafo explora o domínio das ciências da natureza e o das ciências sociais. O seu objetivo é desmontar o sistema complexo das relações e das influências responsáveis pelas realidades observadas. [...] a geografia é um convite a compreender e respeitar a diversidade dos meios naturais e das civilizações. (CLAVAL, 2014, pag. 138)

O cenário presente, reconhecido como o espaço geográfico, é um híbrido, não se separa a sua forma daquela ação que a produziu. Para além disso, é o encontro do passado com o futuro, Milton Santos (2006) nos esclarece:

Nós sabemos que, se as formas constituem o sistema da atualidade, é somente porque as ações nelas existentes são sempre atuais, e desse modo as renovam. O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite

transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente (SANTOS, 2006, pag.64)

No âmbito das produções científicas geográficas, segundo Scifoni (2002), a problemática ambiental esteve concentrada sob o guarda-chuva da geografia física. Entretanto publicações como fez Ribeiro (2001), inserindo o conceito “a ordem ambiental internacional”, mostra a geografia humana articulando a questão ambiental, com a governança e geopolítica. Ele revela a complexidade global de um mundo multipolar do ponto de vista econômico pós Guerra Fria, costura conceitos – ex. “realismo político” e “soberania nacional” - e discute as decisões, por quem elas são tomadas e para quem são endereçadas. Vejamos no excerto abaixo:

Na ordem ambiental internacional, a representação do ambiente é exterior a existência humana. Ele tem sido apreendido apenas como um recurso natural a ser explorado, mas sinais de escassez de recursos, como água doce, indicam a necessidade de se alterar o padrão de vida dos agrupamentos hegemônicos, A questão é quem perderá com essas alterações, impostas a uma base natural que beira à exaustão. (RIBEIRO, 2001, versão kindle, pag. posição 3463/3965)

Sob a perspectiva do autor, seria difícil pensar em mudanças radicais de vida que são responsáveis pela degradação do planeta, enquanto predominarem decisões que favoreçam interesses nacionais específicos. Nesse sentido, reconhece-se a crise ambiental, e a banalização da crise existe na medida em que discursos e ações são realizados em função de manutenção e favorecimento de interesses próprios.

O pensamento geográfico, a partir do materialismo histórico-dialético traz contribuições e indagações pertinentes nesse contexto, de acordo com considerações de E. Giroto²⁵:

²⁵ Fala de E. Giroto na arguição do referido trabalho em 20 de abril, +2021.

[...]o entendimento das mudanças na relação entre sociedade e natureza passa pela compreensão de como o modo de produção capitalista em seu processo de hegemonização pelo mundo desde o século XVIII impôs uma nova lógica de produção da vida social, alterando as formas como concebemos a nós mesmos, a natureza, inclusive construindo a ideia de que não somos natureza. Uma das marcas do processo de formação capitalista, discutido por Marx no capítulo do Capital em que trata da chamada acumulação primitiva, é a violência contínua, sendo os episódios mais expressivos o processo de escravização e de genocídio das populações indígenas em diferentes partes do mundo. Neste sentido, pergunta-se: é possível pensar o Antropoceno sem o processo de consolidação do modo de produção capitalista no mundo e sua distribuição desigual em termos de territórios, classes, raças, gêneros? Estariam todos os homens e mulheres em posições semelhantes no processo de tomada de decisão sobre a natureza, inclusive na possibilidade de usufruí-la? Estas questões são centrais para problematizar as leituras ingênuas que se constroem acerca da crise ambiental que coloca sobre os indivíduos, dissociados do processo de reprodução social ampliada, a responsabilidade pela mesma. (GIROTTO, 2021)

Em meados dos anos 70 do século XX, já coincidente à época do Antropoceno, Andrade (2004) no breve excerto a seguir, ilustra o espaço geográfico em território brasileiro, abordando a representação da natureza diante de um novo aparato técnico:

Os anos 70 representam para o Brasil a consolidação da indústria cultural como atividade empresarial, e o momento em que o aparato técnico adquire maior importância no interior do campo comunicacional. E como será representada a natureza através dessas novas linguagens técnicas, em um período de grande interdição do espaço público por conta da ditadura militar? (ANDRADE, 2004. pag. 6)

A análise do contexto do Brasil sob regime militar, expõe a marca de falta ou escassez de pluralidade nas vozes presentes e veiculadas, esse espaço interditado representa a não possibilidade de convivência, a desconexão com o mundo comum e a hegemonia de um discurso, nesse caso, aquele exercido pelos detentores de poder. A propósito, para compor o melhor entendimento sobre a banalização da crise ambiental, é importante assumir que o mundo comum é composto pelo binômio natureza -cultura (LATOUR, 2020).

A produção e a reprodução do espaço constituem a vida social humana, ao longo do processo de urbanização, houve o afastamento, a invisibilidade e a indiferença sobre a natureza. A natureza foi colocada no lugar de objeto de uso e consumo, a ser explorada para geração de riqueza. Para Lefebvre (2016), as cidades são o espaço onde se reúnem o centro de decisão e o consumo. O autor elucida que:

Baseada na sua convergência, estratégica, sua aliança na prática cria uma centralidade exorbitante. Esse centro de decisão, como já se sabe, compreende todos os canais de informação ascendente e descendente, todos os meios da formação cultural e científica.
(LEFEBVRE, 2016, pag. 130)

Scifoni, (2006) nos apresenta a origem, percurso e contradições ao longo da construção dos significados do Patrimônio Natural²⁶ - “tem duplo caráter” - e do Patrimônio Cultural. A autora propõe um debate denso e discute sobre um retrocesso nas políticas de patrimônio²⁷, com a revalorização do patrimônio monumental (histórico e artístico). De acordo com a CONDEPHAT²⁸ para fins de tombamento, a paisagem como patrimônio natural possui a seguinte definição:

Trata-se de uma visão que não concebe natureza e cultura como termos independentes e excludentes, mas como dimensões contraditórias e articuladas que demandam uma abordagem conjunta. A área natural protegida é assim tanto testemunho da evolução de processos ecológicos e do meio físico como resultado do processo históricos da apropriação social da natureza. (SCIFONI, 2006, pag. 48)

Ao passo que as cidades ganham palco, protagonismos e valor na geração de riquezas da sociedade, a natureza torna-se alvo de desejo quase inatingível, fetiche. Ao mesmo tempo os elementos da natureza desnaturalizados no cotidiano pela produção e

²⁶ Patrimônio Natural- área especialmente protegida, porém não tem o status de uma unidade de conservação. O patrimônio natural aparece como paradoxo, pois além da natureza existir em si mesma, como realidade exterior ao ser humano, ela está também culturalmente integrada ao mundo que a sociedades humanas são capazes de conceber, de perceber e organizar. (Scifoni, S., 2006)

²⁷ Patrimônio- é reconhecido na contemporaneidade, restaurado e integrado à dinâmica das cidades, não propriamente devido ao seu caráter simbólico, mas porque é capaz de ser integrado a um mercado sobretudo turístico, e às estratégias de promoção das cidades- o city marketing – em uma rede de competitividade global. (Scifoni., 2006)

²⁸ CONDEPHAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

reprodução do espaço urbano torna-se apenas um recurso sem qualquer relevância na alienação. A autora Scifoni, (2006) questiona se “O Patrimônio Natural pode ser compreendido como um direito à natureza” e se o Patrimônio Natural fosse uma “natureza reivindicada”.

A proteção do Patrimônio Natural apareceu assim, como consequência do urbano justamente para fazer frente a esse processo que ameaçava principalmente a beleza da paisagem da região. Em que pese a força da argumentação científica e o papel dos profissionais envolvidos nesse trabalho, o Tombamento da Serra do Mar, como política de Estado se encaixa numa perspectiva de garantir as condições necessárias para aquele determinado uso do espaço: para garantir a qualidade de excelência da zona de veraneio da elite (SCIFONI, 2006, pag, 191)

Assim sendo, identifica-se discursos ambíguos e disputas de intenções em termos de poderes políticos e econômicos, e contradições ao se defender o Patrimônio Natural para o uso e consumo de um grupo social de elite financeira, automatizando uma prática e conduta do *modus operandi* social, alheios à problemática ambientais.

À Luz de Lefebvre, por meio da tríade “concebido-vivido-percebido”, entende-se que a natureza concebida como patrimônio natural e ou cultural, pode ser um indicador de uma sociedade mais sensível à questão ambiental. Seja na manutenção da biodiversidade e/ou na análise e solução de problemas causados pela instabilidade climática da Terra, por exemplo. Ao mesmo tempo pensemos se a localização desse fragmento de natureza estiver distante da dimensão vivida, a presença perderia a força e a conexão com os seres humanos. À medida que se distância a prática do corpo humano da natureza (áreas verdes, elementos de ocorrência natural), é propício que aconteça a indiferença com a integridade e condições desse espaço. No caso da dimensão do percebido, de acordo com Alves, (2019):

Destacamos que a prática social resulta do embate entre o que é concebido, e o que é vivido, mas tendencialmente na sociedade moderna, a dimensão do vivido no cotidiano, a partir da relação com o concebido, adequa-se a normas, códigos, símbolos, não necessariamente de forma plena, às vezes com pequenas subversões, mas sem ter forças suficientes para uma mudança revolucionária. Na maior parte das situações cotidianas, o que há fetichizado pela mercadoria, é um habitante que incorpora boa parte das ordens e imposições existentes na sociedade contemporânea capitalista, ainda que potencialmente a dimensão do vivido pudesse fazer dessa prática social um momento revolucionário. (ALVES, 2019, pag, 560)

Ainda na perspectiva de Patrimônio Natural, Scifoni (2006) comenta Diegues (1996), e discorre sobre a ideia de uma nova perspectiva de entendimento da natureza, possibilitando compreendê-la como “parte da vida humana, uma natureza tornada social”. Supera-se assim a dicotomia que contrapõe de um lado, uma visão extremamente utilitarista, na qual a natureza é apenas recursos para as necessidades humanas, e de outro, uma visão ecocêntrica, a qual afirma ter a natureza como valor independente do homem.

Nesse processo identifica-se pontos interessantes de serem mencionadas, visto que estamos falando de movimentos próximos; antagonismos e dicotomias criadas, cujo cerne da questão é composto pelo paradigma mecanicista de Descartes e se desenrolou no afastamento das ciências sociais e políticas fundadas por Hobbes das ciências naturais e exatas fundadas por Boyle. Milton Santos (2006) cita Latour (1991), põe luz na questão e complementa:

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 2006, pag. 65)

Outro aspecto a acrescentar nessa discussão, a geografia e seu papel desempenhado no âmbito do ensino na formação intelectual científica infanto-juvenil. Na escola, ensino fundamental I e II, a geografia propicia acessos e contatos físicos para observar, nomear e conceituar, interpretar os fenômenos do mundo comum, cujo espectro se mostra amplo, repleto de mecanismos e instituições, elementos interconectados, processos e ciclos dos compostos da Terra, em diferentes escalas, camadas e dimensões. Esse meio alcança uma oportunidade de vínculo dos humanos com o mundo comum.

Embora saibamos que na educação nada é garantido, a dialética do ensino-aprendizagem traz janelas e horizontes. A abordagem geográfica possibilita a sofisticação e a plasticidade de modelos mentais complexos, bem como a conexão da abstração de conceitos com a tangibilidade da vida cotidiana (Miranda, 2013). De acordo com Miranda (2013), sobre o ensino de geografia no artigo²⁹ sobre Pierre Monbeig:

O ensino de geografia, com certeza, pode propiciar o exercício e a aprendizagem do pensamento complexo, e assim elaborar conhecimentos que, sem a escola não poderiam ser elaborados, em que pese hoje, as crianças e os adolescentes, em geral, terem acesso a qualquer informação, e muitas vezes sem mediação da família, do professor de geografia e da escola como um todo. Assim, antecipou a indicação de “novos” problemas, que ainda estão colocados para o ensino de geografia, pois informação não é conhecimento. Sobre o Monbeig. (MIRANDA, pag. 60, 2013)

Para finalizar, E. Giroto (2021)³⁰ complementa o raciocínio sobre o papel do ensino da geografia no entendimento da complexidade do mundo, e por sua vez, da crise ambiental:

²⁹ Papel e Valor do Ensino da Geografia e de sua Pesquisa de Pierre Monbeig publicado pelo IBGE – Conselho Nacional de Geografia em 1956. As citações feitas aqui do texto deste autor terão a indicação no rodapé, das páginas da versão impressa desta publicação sobre a qual trabalhamos, mas cujo artigo se encontra disponível (com algumas alterações) também no formato digital em PDF no sítio que segue: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/609/641>

³⁰ Fala de E. Giroto na arguição do referido trabalho em 20 de abril, +2021.

[...]na perspectiva da compreensão complexa da realidade, entendida como a possibilidade de articulação de múltiplas escalas espaço-temporais de análise, bem como da compreensão interseccional dos sujeitos (que sempre precisam ser lidos a partir de suas condições de classe, raça e gênero), o ensino de geografia tem muito a contribuir para desbanalizar a crise ambiental e propor reflexões sobre as mudanças necessárias para a constituição de uma outra relação entre sociedade e natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto discutimos as influências da banalização e da crise ambiental. Investiguei pistas deixadas por trabalhos científicos e pensadores, para tentar decifrar esse cenário atual. Ouso agora desenhar o mosaico a partir desses caminhos percorridos.

A banalização da crise ambiental no Antropoceno no Brasil é influenciada, especialmente, pela ambiguidade e disputa de narrativas polarizadas. Construídas dentro do paradigma mecanicista positivista, onde a hegemonia do pensamento e discurso econômico convencional se sobrepôs à conservação do mundo comum, à conservação da vida humana e não humana.

No espaço entre as geociências, divulgação científica e o senso comum, nas lacunas inerentes às discussões científicas, nos espaços vazios e não ocupados por pensamentos, na reprodução automática e uniformizada da prática concebida, percebida e vivida no cotidiano, bem como na distância entre a sabedoria dos povos originários na formação intelectual e subjetiva dos seres humanos, culminou na crise ambiental. Ao passo que a crise foi se mostrando, a banalização para algumas figuras da sociedade foi um recurso; para inação, para não resolução do problema, e para a manutenção das estruturas do *status quo*.

Nesse trabalho foram investigadas as influências do cenário de crise ambiental aliada à apatia, indiferença e /ou banalização. Quando o texto começou a ser redigido a hipótese pareceu fraca, todavia, ao aprofundar as leituras e discussões, tornou-se mais claro que a banalização poderia estar localizada e acentuada, sobretudo entre os tomadores de decisão das instituições públicas e ou privadas, sendo retroalimentada por

uma demanda de mudanças insuficiente da sociedade. Ou seja, a banalização não seria uma postura generalizada social, ela estaria presente no raciocínio mecanizado ordinário.

Em que pese, a indiferença de muitos humanos, sobretudo localizados em grupos com interesses específicos diante da crise ambiental, as produções científicas das geociências com olhar para as questões ambientais são inúmeras e relevantes. A despeito da morosidade e leniência do poder público perante os desastres ambientais com responsáveis reconhecidos, acontecem minimamente medidas de comando e controle ambiental necessárias para contenção da destruição do espaço. Apesar de períodos de retrocessos no reconhecimento de patrimônios naturais e culturais, nota-se períodos de avanços em políticas de conservação e patrimônios. Não obstante, algumas iniciativas de governança global tímidas e insuficientes, ações propositivas estão em jogo, inclusive com a volta dos EUA ao Acordo de Paris. Nessa toada, existiram e existem vozes de ambientalistas autóctones das florestas, resistentes e resilientes em defesa da vida. Os espaços geográficos guardam particularidades na dialética entre a forma-conteúdo e movimentos sociais, um mundo de possibilidades pode se abrir.

Contudo, o mundo comum sendo esvaziado de encontros e colocado em segundo plano em detrimento da propriedade privada, fomenta a desconexão dos seres humanos com a natureza. Se pensarmos em uma infância construída em confinamento entre paredes de concreto ou em um espaço virtual, não há favorecimento da experiência no meio, de pertencimento ao território, tampouco vínculo com o mundo comum, assim a natureza aparece subordinada aos modos de produção humana seja na cidade ou no campo. Em contrapartida, a presença e a contribuição da abordagem geográfica, especialmente no ensino escolar fundamental e médio, com todo seu arcabouço científico,

propiciam a vivência, e a ocupação do mundo comum. Há quem trace conexão entre a crise ambiental e a crise no conhecimento, hoje eu não teria elementos para sustentar essa tese.

Na medida, em que a banalidade da crise ambiental foi imposta, o debate ambiental se faz necessário entrar com urgência nas discussões mais ampliadas sobre a reprodução do modo de produção capitalista, seja na escala da vida cotidiana, seja na escala de sua reprodução global. Lembrando que esta dissociação de escalas é apenas um exercício de método, com o intuito de possibilitar análises dos fenômenos, visto que não se configura como expressão da realidade, multiescalar em sua concretude. Tais abordagens também se aproximam da compreensão de complexidade, proposta por Morin, discutida ao longo desse ensaio. No campo da Geografia, as discussões supracitadas, incluindo a identificação e diferenciação das responsabilidades sobre a crise ambiental, podem ser fundamentais para possíveis desdobramentos destas discussões no ensino de Geografia em nível superior

Em tempos de instabilidade climática, característica marcante, ou talvez traço determinante do Antropoceno, há uma nova Terra para ser experimentada e ocupada. A crença positivista que a tecnologia, ou que a economia convencional, ou ainda que algo metafísico daria conta de reverter o cenário de crise ambiental, nos trouxe até aqui, em um mundo consumido e exaurido. E como não temos opção, vejo o enfrentamento como saída.

Ademais, Latour (2020) faz uma provocação sobre a revolução que a Terra passou, e gostaria de deixar registrada aqui “Somos todos contrarrevolucionários,

experimentando minimizar as consequências de uma revolução que foi feita sem nós, contra nós, ao mesmo tempo por nós. Herdamos o mundo assim.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

ANDRADE, T. 2004. **A natureza brasileira nos anos 70**, *Terra Brasilis*. 2004, posto online no dia 05 novembro 2012. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/381> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.381

ARENDT, HANNAH. **A condição Humana**. 11 ed. – tradução: Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 7a ed tradução Mauro W Barbosa-. - São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A Geography of Agrottoxins use in Brazil and its Relations to the European Union**. São Paulo: FFLCH - USP, 2019.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras,[1a edição, *Le città invisibili*, 1972] Tradução: Diogo Mainardi. 1990

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CRUTZEN, P. J. **Geology of Mankind**. NATURE. Vol. 415 – 3. January. 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 1996. 196 p.

LATOUR, BRUNO. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia.** tradução Carlos Aurélio Mota de Souza, São Paulo: ed. Edusc, 2004.

_____ **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno;** tradução Maryalua Meyer, Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Nebli, 2016.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES).** Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017.

MATOS, S. M. S. e SANTOS, A. C. **O mundo Comum: a questão ambiental em Hannah Arendt Bruno Latour.** Quadranti- Rivista Internazionale di Filosofia Contemporânea- Vol. n. 1-2, 2017.

MIRANDA, M. E. **A atualidade de Pierre Mombeig e o direito de aprender geografia.** Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 anos (2012), p. 52-67.

MORIN, EDGAR. **Introdução ao pensamento complexo.** 5a ed. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NETO, T. O. **Rodovia Transamazônica: o projeto de integração deu certo?** Revista Gestão & Políticas Públicas vol. 5(2): 284-308, 2015.

RIBEIRO, W. C. **A ordem Ambiental Internacional**. São Paulo, Ed. Contexto, (versão Kindle). 2001.

SANTOS, M, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**

SCIFONI, S. **A construção do Patrimônio Natural**. Tese apresentada em defesa de Doutorado. Departamento de Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 2006.

STEFFEN, Will *et al.* **Anthropocene: conceptual and historical perspectives**. Philosophical Transactions of e Royal Society, 369: 842-867. 2011.

VIOLA, E. e BASSO, L. **O Sistema Internacional no Antropoceno**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 31 n° 92, 2016.